



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Planejamento e Projetos

PROJETO BÁSICO

Imóvel: *FAZENDA COLUBANDÊ*

Endereço: *Fazenda Colubandê – Rodovia BR-101 - Colubandê*

Município: *SÃO GONÇALO*

Código do Imóvel: *18.113.001*

Proposta: *P005/2022 – SISTEMA PLENO,
D005/2022- SISTEMA DESONERADO*

Orçamentos: *P005.001 a 006/2022– SISTEMA PLENO
D005.001 a 006/2022- SISTEMA DESONERADO*

Natureza dos Serviços: *RESTAURAÇÃO DO CASARÃO E DA CAPELA.*

1. INTRODUÇÃO:

O presente Projeto Básico tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ, para a execução de **Restauração do Casarão e da Capela da Fazenda Colubandê**, localizada na Rodovia BR-101 – Colubandê, no município de São Gonçalo.

1.1 REGIME DE CONTRATAÇÃO:

Será adotado o regime de contratação de Empreitada por Preço Unitário, compatível com o grau de detalhamento de elementos necessários à execução do objeto, condicionando o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

1.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O Critério de julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o Cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos nesta Proposta.

2. OBJETO:

O objeto do presente PROJETO BÁSICO é a contratação de empresa especializada em restauro de bens tombados, para a execução da **Restauração do Casarão e da Capela da Fazenda Colubandê**, seguindo

as orientações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no Parecer Técnico nº 642/2019 (*index 8029207*).

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

A Fazenda Colubandê configura um dos pontos altos da arquitetura civil colonial, como demonstra seu tombamento precoce, apresentando magnífico *aggiornamento* dos seus elementos funcionais – casa grande, senzala e capela – com os aspectos topológicos do sítio, e grande originalidade na realização do embasamento da casa grande como senzala e na configuração lateral do pátio principal, delimitado e conformado no lado oposto pela capela.

O conjunto arquitetônico da sede da Fazenda e Capela situa-se no alto de uma pequena colina de topo achatado, com vista para as redondezas, e declive mais acentuado para frente, e pendente mais suave para trás. A Fazenda ocupa uma área de 28.000,00m², onde o conjunto edificado orienta-se para o norte, sendo o maior eixo o transversal (Leste-Oeste), em diagonal com as estradas, gerando uma área verde triangular à frente e uma bem maior em semicírculo atrás. A capela fica do lado direito, no centro há um grande pátio gramado e à esquerda fica a casa-grande.

3.1 CASA-GRANDE (CASARÃO):

A casa-grande (Casarão), em pedra, cal e tijolo, com paredes de 1,5 metros de espessura, possui aproximadamente 700,00m² e é composta pelo pavimento térreo, onde se encontram os estabelecimentos do senhor de engenho e o porão, onde ficam o depósito e a senzala para escravos da casa-grande.

3.2 CAPELA:

Construída em 1618, a Capela de Sant'Anna possuindo torre, nave, capela-mor e sacristia, sendo o telhado em duas águas, com capela-mor mais baixa e estreita que a nave e com torre sineira à direita. Na entrada há um alpendre, cercado por um muro baixo e com uma coluna grossa em cada um dos dois cantos da frente, tendo uma pequena escada na entrada. Na parede, embaixo do alpendre, há uma porta e duas janelas de verga reta sem sobreverga. Em cima, na altura do coro, há mais duas janelas de verga reta sem sobreverga, e acima há um frontão barroco em volutas com uma cruz no topo.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

O conjunto arquitetônico (Casarão e Capela) encontra-se em estado de deterioração, em processo acelerado de arruinamento, necessitando de restauração nas suas fachadas, nos telhados, no seu interior, e, inclusive recuperação nas instalações prediais, para restabelecer as suas condições originais.

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS:

Os Serviços contemplados neste Projeto Básico, Restauração/Recuperação do Casarão e da Capela, inclusive Urbanização ao redor das edificações, estão definidos e demarcados nos projetos, memorial descritivo, e são, resumidamente, os que se seguem:

- Projeto executivo de arquitetura, instalação e estrutura (*index 17682083, 17682345, 17682577, 17682837, 17683105 e 17683438*);
- Memorial descritivo e especificações técnicas (*index 17683860*);
- Diagnóstico e análise do estado de conservação (*index 17684550*);
- Mapeamento de danos (*index 17684881*).

Observações:

1) A execução da obra deverá atender o Parecer Técnico nº 642/2019 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (*index 17712471*);

2) A medição dos itens constantes dos orçamentos P005.006/2022 e D005.006/2022 (Encargos Complementares), referindo-se respectivamente aos sistemas pleno e desonerado, deverá ter seus quantitativos determinados após apropriação e comprovação da mão de obra empregada na execução dos serviços;

3) O item de “Administração Local”, previsto no código 01.090.0638-6 do orçamento P005.001/2022 (sistema pleno) e no código 01.090.0638-G do orçamento D005.001/2022 (sistema desonerado), será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados, que poderá ser consultado no orçamento nº 4007.001/22 (sistema pleno) o orçamento nº 3007.001/22 (sistema desonerado).

6. REFERÊNCIAS

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

- Lei Federal Nº13.303/16 de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Decreto Nº46.188 de 06 de dezembro de 2017 - Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ, de 02 de outubro de 2018.
- Decreto Nº46.642 de 17 de abril de 2019 - Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

7. CRONOGRAMA PRAZO DE EXECUÇÃO:

Os serviços constantes do Projeto Básico deverão ser executados no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da emissão do respectivo Memorando de Início, respeitando-se o cronograma físico financeiro.

8. MÊS DE REFERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

A Planilha Orçamentária a que se refere o presente Projeto Básico tem como data base o mês de Julho de 2021.

9. REAJUSTAMENTO:

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base da assinatura do Contrato, poderá a Contratada fazer jus a atualização (reajustamento) dos serviços ainda não pagos.

Essa atualização será realizada através do índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula a seguir:

Onde: $PR = (I / I_o) \times P_o$

PR = Preço Unitário após o reajustamento estabelecido.

I_o = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês da apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura

do contrato.

Po = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma Licitante.

Observações:

A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa ou responsabilidade por parte da CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:

A medição será executada mensalmente, após a aferição da realização das etapas e serviços.

O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com o presente Projeto Básico.

A Contratante só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente Projeto Básico.

Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados.

11. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

Cabe ao proponente estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo.

O percentual de BDI apresentado pelos licitantes devem apresentar 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

12. FISCALIZAÇÃO:

A Fiscalização deverá tomar as providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

No Livro de Ordem de Obras e Serviços, fornecido pela contratada, e mantido no local dos serviços, a Fiscalização deverá anotar:

1. O atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
2. O juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
3. As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
4. As respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
5. As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
6. A determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização;
8. Ao final da obra, o Livro de Ordem de Obras e Serviços referido será de propriedade do CONTRATANTE.

A fiscalização deverá executar mensalmente a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

13. GARANTIA:

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5,00% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 70 da Lei Nº 13.303/2016.

14. SUBCONTRATAÇÃO:

É permitida a subcontratação de serviços especiais.

15. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO:

Considerando a natureza dos serviços que não apresenta complexidade, fica VEDADA a admissão de consórcio.

16. CAPACIDADE TÉCNICA:

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CAU/CREA, de ter realizado obras de restauração de bens tombados com área de conjunto arquitetônico mínima de 2.900,00 m².

As quantidades acima constituem-se limites mínimos, correspondentes a 50% da área da obra em questão, em conformidade com o previsto no item II, do Art. 58, da Lei 13.303/2016 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

17. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO:

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra e equipamentos, para execução dos serviços especificados, estendidas também a atividades complementares, não indicadas neste PROJETO BÁSICO e que poderão ser autorizadas pela FISCALIZAÇÃO.

As obras objeto deste PROJETO BÁSICO serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica de um (01) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a), com experiência mínima de 5 anos comprovada através de Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CAU/CREA em obras com as mesmas características, complexidade e porte.

A CONTRATADA se obriga a manter o profissional acima indicado como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

18. SUSTENTABILIDADE:

18.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

A CONTRATADA deverá providenciar o licenciamento ambiental, caso necessário, por se tratar de reforma/restauração, mantendo as condições originais.

19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
- II) fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III) exercer a gestão e a fiscalização do contrato;
- IV) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas;

1. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do Contrato, dos desenhos as built, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.
2. O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.

Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;

Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para realizar os serviços contratados;

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I) conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II) atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III) executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V) tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- VI) responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- VII) prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII) iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados;
- IX) manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- X) atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- XI) responsabilizar-se, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- XII) obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

XIII) responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;

XIV) responsabilizar-se integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;

XV) responsabilizar-se durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer naturezas com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles;

XVI) observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02/12/2004 e a NBR 9050;

XVII) manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras;

XVIII) obriga-se a não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra, na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08/03/2007;

XIX) proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos;

XX) fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE, com microcomputador e telefone, além de sala de reuniões para uso comum;

XXI) apresentar no final da obra a Planta Cadastral (AS BUILT) constando todos os elementos físicos executados, cotados planialtimetricamente, durante a execução dos serviços e, ainda, a CND do INSS relativo à obra;

XXII) apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:

a) está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e

c) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;

XXIII) registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;

XXIV) registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art. 11 do Decreto n.º 5.296/2004”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ;

XXV) a observância das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;

XXVI) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991;

XXVII) na forma da Lei Estatual nº 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados..... 2%;

II - de 201 a 500..... 3%;

III - de 501 a 1.000..... 4%;

IV - de 1.001 em diante..... 5%;

XXVIII) manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;

XXIX) caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017;

XXX) A CONTRATADA deverá providenciar relatório fotográfico do local, com fotos da configuração e características das edificações, equipamentos e instalações objeto do presente PROJETO BÁSICO, **antes, durante, e após a execução**, (mostrando as transformações ocasionadas) dos serviços contratados, para cadastramento e efetivação do pagamento;

XXXI) A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local dos serviços, um Livro de Anotação de Serviços ou documento equivalente que será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017. Dados obrigatórios para preenchimento estão registrados no contrato;

XXXII) A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e nas atividades empresariais, nos seguintes termos:

- a) Otimização de recursos materiais;
- b) Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- c) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

1. advertência;
2. multa administrativa;
3. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

A advertência e a multa, previstas em 1 e 2 acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista no item 3, acima, serão impostos pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

Com referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

22. MATRIZ DE RISCO:

A Matriz de Risco do contrato originado do presente Projeto Básico deverá obedecer ao seguinte critério.

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamento do Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a SEINFRA caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP E CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP, SEINFRA E CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da contratada.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP e CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista no Termo de Cooperação Técnica.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar a SEINFRA da necessidade urgente da descentralização de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP e SEINFRA
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da SEINFRA.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar a SEINFRA necessidade urgente de pagamento das faturas/notas fiscais de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP e SEINFRA

Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviços	Treinamento da M.O., Utilização de EPI, Organização do canteiro de obras	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial.	CONTRATADA

NOTA: A definição do escopo, das especificações e quantitativos do presente Projeto Básico é de responsabilidade dos profissionais que elaboraram os documentos inseridos no Processo: **Memorial Descritivo e Orçamento (index 30466903)**, sem adentrar em questão de ordem jurídica.

Rio de Janeiro, 24 maio de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Gleitzmann, Coordenadora**, em 09/06/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **33323030** e o código CRC **E9681B31**.

Referência: Processo nº SEI-09/078/000029/2018

SEI nº 33323030

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440
Telefone: